

FRANCA



simpósio dos professores
universitários de história

3 · 7 DE NOVEMBRO, 1965

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE FRANCA.

Associação dos Professores Universitários de História.

ANAIS .

FRANCA

1966

LEVANTAMENTO DE FONTES PRIMÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS DO CAMPO (MINAS GERAIS).

Norma Góes Monteiro e Déa Ribeiro Fenelon (*).

I. — INTRODUÇÃO.

Desejando trazer ao III Simpósio de Professôres Universitários de História nossa colaboração, decidimo-nos pela parte do temário relativa ao levantamento de fontes primárias, com a escôlha do município de Congonhas, Minas Gerais.

Certamente nosso interêsse se volta para o papel do ciclo do ouro, não só na história de Minas, mas também na do Brasil. A exigüidade de tempo para o preparo do trabalho levou-nos à escôlha de um município mais próximo da Capital e que ao mesmo tempo oferecesse facilidades de comunicação.

Outros motivos explicam ainda a escôlha de Congonhas: seu papel no passado de Minas; suas possibilidades econômicas, com a exploração de seus recursos minerais, suas perspectivas no campo industrial; o fato de ser procurada por fatores religiosos, principalmente em certa época do ano, quando se realiza o jubileu; o Santuário que aí se encontra é objeto de constante peregrinação. A cidade pode ser vista, assim, como núcleo econômico e núcleo religioso. Seu santuário apresenta ainda importante obra artística, que são os profetas e os passos da Paixão, que se colocam entre as obras mais importantes do Aleijadinho. Congonhas é ponto obrigatório no roteiro artístico do Brasil, por obras que hoje despertam o interêsse da crítica especializada do mundo inteiro. Entretanto, não foi essa particularidade do município que nos chamou a atenção no presente estudo, mas as fontes primárias para a história de Congonhas no seu todo.

Os professôres interessados na pesquisa que se refere à história de Minas têm sério problema quanto a fontes, uma vez

(*) — Professôras da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

que para o período mais estudado dessa história, que é aquêle em que Minas tem posição singular na vida do Brasil, por causa do ciclo do ouro — o século XVIII —, as fontes estão muito dispersas, havendo bastante a ser visto nos arquivos portugueses. E' exatamente êsse fato que explica que a história do período, apesar de muito cultivada, ainda apresente tão grande número de problemas, estando mesmo para ser feita, pelas lacunas que e deficiências de todo tipo. E' preciso, pois, cuidar do material que se tem à mão, que é o que existe no Arquivo Público Mineiro e em alguns poucos arquivos organizados. E' preciso ainda pensar no material que existe disperso, sem qualquer organização, às vêzes correndo o risco de desaparecimento, pela falta de proteção. O cuidado com o levantamento das fontes primárias, que em boa hora a Universidade de São Paulo tomou a iniciativa de propor como problema e tarefa e que êste Simpósio encampa, é merecedor de apóio e colaboração de todos os pesquisadores brasileiros.

Durante a pesquisa, pudemos sentir a importância do levantamento das fontes primárias de tôda a região mineira. Assim é que, desejosas de apresentar trabalho completo sôbre Congonhas, verificamos ser impossível fazê-lo, sem consulta mais ampla aos municípios vizinhos, como Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, no que se refere à história administrativa e jurídica, e Mariana, no que se refere à documentação religiosa.

Nasceu daí o entusiasmo para um trabalho de âmbito regional, abrangendo tôda a zona de mineração do ouro e que certamente exigirá maior disponibilidade de tempo. Assim, esperamos que as falhas no levantamento de fontes primárias para a história de Congonhas, relacionadas com a documentação fora do município, sejam sanadas quando completarmos a tarefa proposta.

Devemos, no entanto, ressaltar que foi tentada a pesquisa em arquivos de Conselheiro Lafaiete, sede do município ao qual estêve incorporado o distrito de Congonhas do Campo, de 1923 a 1939. No que se refere a alguns cartórios, o trabalho foi bastante facilitado pela ótma organização dos arquivos. Infelizmente, tal não sucedeu com relação a outros, como o da Prefeitura Municipal.

Nesta oportunidade, queremos agradecer a colaboração preciosa do colega Oneyr Ferreira Baranda e de algumas alunas do 2.º, 3.º e 4.º anos do curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais.

II. — DADOS SÓBRE O MUNICÍPIO.

a). — **Localização geográfica, aspectos econômicos e culturais.**

O município de Congonhas, ex-Congonhas do Campo, está situado na zona fisiográfica metalúrgica, do Estado de Minas Gerais. A área municipal é de 324 km², integrando-se totalmente no Quadrilátero Ferrífero. A sede municipal está a 870 m de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: 20.º 30' 05" de latitude sul e 43.º 51' 39" de longitude W. Gr.. Dista, em linha reta, 60 km da capital do Estado. Além do distrito sede, Congonhas, há mais dois: Lobo Leite e Alto Maranhão. Comunica-se com a Capital do Estado pela Estrada de Ferro Central do Brasil (154 km) e pela Br-3 (78 km).

A população, de acôrdo com o Censo de 1960, era de 14.699 habitantes, sendo que 7.681 na zona urbana e 7.018 na zona rural. A densidade demográfica é de 45 habitantes por km².

A economia do município se baseia na indústria extrativa mineral, tendo a agricultura e o comércio apenas expressão local. A principal atividade econômica é a extração do minério de ferro, sendo três as principais companhias: Cia. Siderúrgica Nacional, Usina Queiroz Júnior & Cia. e Siderúrgica Cruzeiro do Sul. A média de minério exportado é aproximadamente de 1 milhão de toneladas por ano. Importante também é a extração e beneficiamento de ocre e pedra sabão.

Há no município diversos órgãos de ensino primário, na sua maioria públicos. Ensino médio é ministrado em 5 estabelecimentos, dois de ensino ginasial, um de ensino colegial, um de ensino industrial e outro de ensino comercial. Há ainda um Seminário Menor, da Ordem dos Redentoristas, aos quais pertencem uma estação de rádio — a Rádio Congonhas.

Importante para a vida do município é o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que desde o século XVIII, de 8 a 14 de setembro, leva ao Santuário grandes multidões de romeiros.

b). — **Formação administrativa e jurídica.**

O distrito foi criado por Alvará de 6 de novembro de 1746, confirmado pela Lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891, e transferido do Município de Ouro Preto para o de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete) pela Lei estadual n.º 843, de 7 de setembro de 1923.

O Decreto-lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, elevou Congonhas do Campo à categoria de município, acrescentando-lhe o distrito de Lôbo Leite, desmembrado de Ouro Preto. Pelo decreto-lei n.º 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a abranger também o distrito de Alto Maranhão, desmembrado de Conselheiro Lafaiete.

Pela lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, o município passou a ser denominado apenas Congonhas.

A comarca foi criada pela lei estadual n.º 1 098, de 22 de junho de 1954, instalada a 9 de outubro de 1955.

c). — **O nome da cidade.**

Segundo o Pe. Engrácia, “grande quantidade nos campos circunvizinhos da planta (*franbeniano luxemburgia polyandria*) vulgarmente chamada congonhas do campo determinou o nome que deu a nova colônia a seu ponto de reunião — **Congonhas do Campo**”.

Não se conhece outro nome dado ao município.

d). — **O Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos.**

Feliciano Mendes, português de nascimento e minerador na região de Congonhas do Campo, adoecendo gravemente, fêz uma promessa ao Senhor Bom Jesus do Matosinhos: se curado, ergueria uma capela em sua homenagem. Restabelecido, em fevereiro de 1757, deu início ao cumprimento da promessa, chantando primeiramente uma cruz e suspendendo ao lado dela modesto nicho, com a imagem do Senhor Bom Jesus, no alto do morro chamado Maranhão. Em pouco tempo, graças às esmolas deixadas pelos que buscavam também o auxílio de Deus, conseguiu, das autoridades eclesiásticas e civis, licenças especiais para levantar a Igreja, que se tornou uma das mais belas da região das Minas. Em 1957 foi elevada à categoria de Basílica.

Embora a igreja encerre uma obra valiosa e de grande beleza e ali esteja o motivo da peregrinação religiosa — a imagem do Senhor Bom Jesus —, são as esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho — os doze Profetas e as figuras dos Passos —, que fizeram do Santuário a mais alta expressão do barroco mineiro.

III. — ARQUIVOS LOCAIS.

A). — Arquivos Religiosos.

1. — Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo, situada à Rua Sete de Setembro.

Pertencente à Arquidiocese de Mariana, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo foi erecta paróquia perpétua por alvará de 6 de novembro de 1746. Não possui arquivo bem organizado. A documentação mais antiga, principalmente a relativa às freguesias de São José e Nossa Senhora do Rosário, segundo informação do pároco, se encontra no Arquivo da Arquidiocese de Mariana.

- a). — Livro do Tombo: contém inventário dos bens da paróquia.
Total — 3 volumes.
1.º assentamento em 1 de junho de 1910.
- b). — Livros de Batizados.
Total — 20 volumes.
1.º assentamento em 1832.
- c). — Livros de Casamentos.
Total — 8 volumes.
1.º assentamento em 1895.
- d). — Livros de Óbitos.
Total — 5 volumes.
1.º assentamento em 1925.
- e). — Livros de Crismas.
Total — 2 volumes.
1.º assentamento em 1927.

Foram também encontrados no arquivo da paróquia livros pertencentes às igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São José, ambas cituadas na Cidade de Congonhas, encontrando-se fechadas, atualmente.

- a). — Igreja do Rosário — Livro de Contas (1 volume).
1.º assentamento em 1910 e último em 1956.

Além dos livros propriamente de Congonhas (sede), foram encontrados também outros das Igrejas dos distritos de Alto Maranhão e Lôbo Leite.

- a). — Alto Maranhão — Livro de Batizados (3-C) — 1 volume.

1.º assentamento em 24 de fevereiro de 1915 e último em 27 de outubro de 1923.

- b). — Lôbo Leite — Livro de Batizados (3-D) — 1 volume. 1.º assentamento em 29 de junho de 1917 e último em 4 de novembro de 1923.

2. — Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

O arquivo do Santuário não é tão rico quanto se poderia esperar. Os documentos lá encontrados se referem às várias administrações, alguns inventários do Santuário e papéis da Irmandade do Bom Jesus do Matosinhos.

Deve-se ao Pe. João Fagundes Hauck, C.S|s.R., atualmente em Juiz de Fora, o pouco de organização nos documentos ali existentes, que foram selecionados apenas por assunto, em diversas pastas. Encontram-se, portanto, documentos importantes, ao lado de outros, sem o menor interesse, sem qualquer organização cronológica.

Pareceu-nos importante a documentação relativa ao pessoal e governo da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, que, no entanto, se encontra incompleta.

Segundo informações colhidas do Pe. Marcos Guabiroba, C.S.s.R., atual secretário da Basílica e representante do Arcebispo de Mariana, muito da documentação antiga foi recolhida ao Arquivo da Arquidiocese de Mariana.

As Pastas referidas estão assim classificadas:

a). — Administração: 10 pastas, compreendendo os períodos de 1895 a 1898, 1910 a 1929, 1940 a 1942, 1944 a 1945 e 1951 a 1960.

b). — Finanças, Bens Móveis e Imóveis, Auxílios a Diversos, Contas Diversas: 36 pastas.

c). — Documentos relativos ao Jubileu — de 1894 a 1958.

d). — Promessas e Graças: — 2 pastas — de 1819 a 1959.

e). — Documentos Diversos: 2 pastas.

f). — Fornecimento de Luz: 1929 a 1947.

g). — Publicações e Propaganda: 5 pastas — de 1919 a 1959.

h). — Crônica: 3 pastas — Os documentos, de datas diversas, são relativos à história do Santuário. Em uma delas se encontra o rascunho da Memória do Pe. Júlio Engrácia sobre o Santuário.

i). — Patrimônio Artístico: 2 pastas.

j). — Rádio Congonhas.

l). — Instrução: 2 pastas. — Uma delas, com o sub-título “Irmãos Maristas”, contém um fac-símile do 1.º ano da “Primeira Voz Marista do Brasil”, de 15 de outubro de 1897.

m). — Documentos relativos à concessão do Título de Basílica, 1957.

n). — Bicentenário, Festejos — 1958.

o). — Dízimos (?).

p). — Pasta da Irmandade.

Foram encontrados 3 livros, em péssimo estado, parecendo conter escrituração referente a Receita e Despesa do **Colégio de Congonhas**. Foi possível distinguir datas como 1840-1844, 1845-1872 e 1845-1853.

Existe ainda na sala do Arquivo um Móvel contendo Mapas e Plantas do Santuário.

3. — Imprensa.

Segundo informações colhidas com diversas pessoas de destaque na cidade, existiu aí durante vários anos um jornal — **Senhor Bom Jesus** —, editado quinzenalmente na Tipografia do Santuário. Não nos foi possível, entretanto, encontrar indicações seguras sobre a existência de uma coleção dos números publicados. Parece provável que o primeiro número saiu a 15 de agosto de 1924. Pesquisando na referida Tipografia, constamos somente a existência, ali, de números do jornal no período de 1938 a 1960.

B. — ARQUIVOS CIVIS.

1. — Prefeitura Municipal.

O Arquivo é pequeno e sem organização.

a). — Termos de Posse — 1 livro.

1.º assentamento — 2 de janeiro de 1939.

b). — Protocolo de Requerimentos — 1 livro.

c). — Livro de Registro de Decretos.

Total — 2 livros.

1.º assentamento — 1 de agosto de 1952.

d). — Livro de Registro de Portarias.

Total — 2 livros.

1.º assentamento — 2 de janeiro de 1939.

- e). — Livro de Registro de Decretos-Leis.
Total — 3 livros.
1.º assentamento — 2 de janeiro de 1939 e último em 18 de dezembro de 1947.
- f). — Livros de Registro de Leis.
Total — 3 volumes.
- g). — Livro de Registro de Atos da Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo — 1 livro.
1.º assentamento — em 22 de dezembro de 1947.
- h). — Livro de Registro dos Empregados da Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo — 1 livro.
1.º assentamento em 1940.
- i). — Livro de Receita, Despesa e de Empenho da Despesa, a partir de 1939, um livro para cada ano.

2. — Câmara Municipal.

Apesar de inúmeras tentativas de localização do Secretário da Câmara, não foi possível acertar um horário em que pudessem atender-nos. Ao que consta, a Secretaria da Câmara não possui arquivo organizado. Pelos Assentamentos dos Livros da Prefeitura, constatamos que a primeira Lei Municipal foi assinada em 30 de dezembro de 1947.

3. — Arquivos dos Cartórios da Comarca de Congonhas.

Todos os Cartórios da Comarca se encontram localizados no Fórum Municipal, à rua Dr. Vitor de Freitas.

Juiz de Direito — Dr. Márcio Aristeu Monteiro de Barros.

- A). — Cartório do Registro Civil — distrito de Congonhas.
Tabeliã — Cecy Fonte Boa Cortez.
 - a). — Registro de Nascimento.
Total — 19 volumes.
1.º assentamento — 12 de dezembro de 1889.
 - b). — Registro de Casamentos.
Total — 14 volumes.
1.º assentamento em 1890.
 - c). — Registro de Óbitos.

Total — 7 volumes.

1.º assentamento em 1902.

B). — Cartório do 1.º Ofício — Registro de Títulos e Documentos.

Tabeliã — Maria Zélia Senra Barbosa.

a). — Protocolo — Livro A — n.º 1.

1.º assentamento em 25 de outubro de 1956.

b). — Cópia Integral — Livro B — n.º 1.

1.º assentamento em 25 de outubro de 1956.

c). — Resumo — Livro C — n.º 1.

1.º assentamento em 12 de agosto de 1957.

d). — Registro de Firmas Comerciais — n.º 1.

1.º assentamento em 2 de novembro de 1956.

e). — Registro de Tutela e Curatela — n.º 1.

1.º assentamento em 30 de abril de 1956.

f). — Livro de Notas.

Total — 4 volumes.

1.º assentamento em 15 de outubro de 1955.

g). — Livro de Procuções.

Total — 4 volumes.

1.º assentamento em 8 de novembro de 1955.

C). — Tabelonato de 2.º Ofício — Pessoas Jurídicas e Protestos.

Tabelião — Camilo José de Almeida.

a). — Registro Civil das Pessoas Jurídicas — n.º 1.

1.º assentamento em 1 de abril de 1957.

b). — Registro de Protestos — n.º 1.

1.º assentamento em 7 de outubro de 1956.

c). — Registro de Notas.

Total — 9 volumes.

1.º assentamento em 7 de janeiro de 1956.

d). — Livro de Procuções.

Total — 8 volumes.

1.º assentamento em 4 de janeiro de 1956.

D). — Cartório de Registro de Imóveis.

Tabelião Substituto — Paulo Cardoso Osório.

Somente foram utilizados até agora os seguintes livros:

a). — Inscrição Hipotecária.

1.º assentamento em 28 de janeiro de 1956.

b). — Transcrição das Transmissões.

1.º assentamento em 16 de dezembro de 1956.

c). — Diversos.

1.º assentamento em 1 de dezembro de 1955.

- d). — Circunscrição.
1.º assentamento em 1956.
 - e). — Indicador Pessoal.
1.º assentamento em 1955.
 - f). — Protocolo.
1.º assentamento em 1955.
- E). — Cartório Criminal.**
Tabelião — Paulo Cardoso Osório.
Livros utilizados:
- a). — Registro de Feitos.
1.º assentamento em fevereiro de 1956.
 - b). — Livro de Atas das Sessões do Tribunal do Juri.
1.º assentamento em 1 de outubro de 1959.
 - c). — Registro de Sentenças.
Total — 2 volumes.
1.º assentamento em 3 de agosto de 1956.
 - d). — Registro de Termos de Fiança.
1.º assentamento em 25 de janeiro de 1957.
 - e). — Protocolo de Audiências.
Total — 2 volumes.
1.º assentamento em 15 de março de 1956.
 - f). — Registro de Feitos dos Acidentes do Trabalho.
1.º assentamento em 23 de abril de 1956.
 - g). — Registro dos Feitos do Executivo Fiscal.
1.º assentamento em 4 de agosto de 1956.
- F). — Cartório Eleitoral.**
Tabelião — Maria Zélia Senra Barbosa.
- a). — Registro de Eleitores, 75a. Secção — sede: Congonhas.
Total — 2 volumes.
1.º assentamento em 30 de outubro de 1957.
 - b). — Registro de Eleitores — Distrito de Lobo Leite.
1.º assentamento em 10 de junho de 1957.
 - c). — Registro de Eleitores — Distrito Alto Maranhão.
1.º assentamento em 10 de julho de 1957.

Cartórios Distritais.

- G). — Cartório do Registro Civil — distrito de Lobo Leite.**
Tabelião — Jaci Angelo de Faria.
No cartório encontramos, apenas, os seguintes livros:
- a). — Registro de Nascimento.

Livro n.º 2 — de 28 de maio de 1900 a 2 de junho de 1924.

Livro n.º 4 — de 2 de março de 1937 a 21 de janeiro de 1949.

- b). — Registro de Casamentos.
Livro iniciado em 1909 e encerrado em 1962.
- c). — Registro de Óbitos.
Livro n.º 2 — de 1910 a 1965.

H). — Cartório do Registro Civil — distrito do Alto Maranhão.

Tabelião — João Batista Pinto.

- a). — Registro de Nascimentos.
Total — 11 volumes.
1.º assentamento em 1896.
- b). — Registro de Casamentos.
Total — 7 volumes.
1.º assentamento em 1891.
- c). — Registro de Óbitos.
Total — 5 volumes.
1.º assentamento em 1896.
- d). — Livro de Notas.
Total — 40 volumes (falta o n.º 4, que deve corresponder ao período de 1878 a 1882).
1.º assentamento em 1835.
- e). — Livro de Procuраções.
Total — 19 volumes.
1.º assentamento em 1888.

No Cartório de Alto Maranhão foram ainda encontrados os seguintes livros e documentos:

- a). — Têrmos de Posse — de 1903 a 1909.
- b). — Alistamento Eleitoral — Livro de Atas.
1a. Ata — 28 de junho de 1895 e última em 4 de julho de 1903.
- c). — Livro de Atas das Eleições Estaduais e Municipais da 2a. secção de Matosinhos, distrito do Alto Maranhão — atas de eleições entre 1918 e 1923.
- d). — Lista de Chamada de Eleitores da 8a. Secção Eleitoral do distrito do Alto do Maranhão — 1922.
- e). — Juízo Federal do Estado de Minas — eleições para Senadores Federais — de 1924 a 1927.

- f). — Inventário e Partilha Amigáveis de Irmãos e Sobrinhos — sendo inventariante Antônio Tomé de Carvalho — ano 1838.

Todos os livros dos Cartórios acima referidos encontram em bom estado.

4. — Estrada de Ferro Central do Brasil.

O ramal da E.F.C.B., em Congonhas, foi inaugurado em 1910, e, a Estação, em 1930. Não foi possível consultar seus livros, pois são recolhidos à Administração Central da Estrada, no Rio de Janeiro. Sòmente encontramos o **Livro de Ocorrências** (1.º assentamento em 1951) e o **Registro dos Objetos esquecidos pelos passageiros nas estações e nos trens**, iniciado a 31 de dezembro de 1930.

IV. — NOTAS COMPLEMENTARES.

Além das fontes arroladas, podemos citar, ainda, os arquivos dos Cartórios e da Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, que são de grande importância para a história do Município de Congonhas.

Os Cartórios se encontram localizados no Forum, situado à Praça Barão de Queluz.

A). — Cartório do 1.º Ofício Judicial e Notas.

Tabelião — José Castelões Menezes.

Arquivo bastante organizado.

- a). — Livro de Notas (os livros dos séculos XVIII e XIX — estado regular).

Total — 122 volumes.

1.º assentamento em 5 de outubro de 1790.

- b). — Livro de Procurações (os livros relativos aos séculos XVIII e XIX se encontram em estado de conservação regular).

1.º assentamento em 1790.

- c). — Autos Cíveis e Administrativos.

Total — 68 maços.

Segundo o tabelião, os primeiros assentamentos são da 1a. metade do século XVIII.

B). — Cartório do 2.º Ofício Judicial e Notas.

Tabelião — Astor Viana.

Arquivo muito organizado.

- a). — Livro de Notas.

- Total — 93 volumes.
1.º assentamento em 1792.
- b). — Livro de Testamentos.
Total — 3 volumes.
1.º assentamento em 1833.
- c). — Livro de Procuраções.
Total — 43 volumes.
1.º assentamento em 1901.
- d). — Autos Cíveis.
Total — 62 maços.
1.º assentamento em 1850.
- e). — Ações Judiciais.
Total — 34 maços.
1.º assentamento em 1850.
- C). — Cartório do 3.º Ofício do Judicial e Notas.
Tabelião — Mansueto Leão Correia.
Não há arquivo no Cartório.
- D). — Cartório Criminal.
Tabelião — Isa de Castro Goulart.
O arquivo dêste cartórios não se encontra organizado.
Arrolamos os seguintes livros:
- a). — Protocolo de Audiências.
Total — 7 volumes.
1.º assentamento em 1918.
- b). — Livro de Atas de Juri.
Total — 6 volumes.
1.º assentamento em 1892.
- c). — Têrmo de Sorteio de Jurados.
Total — 1 volume.
1.º assentamento em 1904.
- d). — Rol de Culpados.
1.º assentamento em 1912.
- e). — Multas impostas a jurados.
Total — 3 volumes.
1.º assentamento em 1903.
- f). — Livramento Condicional.
1.º assentamento em 25 de março de 1928.

Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete.

O Arquivo está em completa desorganização. Os documentos, alguns de grande importância, se encontram sem nenhuma proteção. Conseguimos arrolar os seguintes:

- a). — Autos da Criação da Vila.
1.º assentamento em 1790.
- b). — Receita e Despesa, 1794-1796.
- c). — Registro do Patrimônio — 1829.
- d). — Arrematação e Contratos — 1857-1903.
- e). — Atas das Eleições para a Câmara e Senado de Minas Gerais de 1891 a 1900.
- f). — Atas do Conselho Municipal — 1847 a 1877.
- g). — Atas da Câmara — Posse da 1a. Câmara Municipal, em 26 de fevereiro de 1829.
- h). — Livro de Atas de eleições federais na 1a. Secção do distrito de Queluz — 1895.
- i). — Atas da Comissão Municipal de Revisão do Alistamento Eleitoral Federal de 1895.
- j). — Câmara Municipal de Queluz, Estado de Minas — Lançamento, distrito Alto Maranhão, exercício de 1923.
- l). — Livro de Posse — Têrmos de Fiança e outros, de 1873 a 1930.
- m). — Livro de Leis, de 1798 (em péssimo estado).
- n). — Livro de Leis, de 1802 a 1827, em estado regular.
- o). — Livro de Receita e Despesa, de 1794, (em péssimo estado).

V. — FONTES IMPRESSAS.

O levantamento das referências bibliográficas sôbre Congonhas seria bem mais extenso se nos preocupássemos com os aspectos artísticos. Sôbre o Santuário e a obra do Aleijadinho, lá existente, há inúmeros trabalhos já publicados, que não foram incluídos aqui, porque nossa preocupação foi mais o arrolamento das fontes para a história do município.

A). — Fontes Primárias.

- a). — “Auto da Criação da Real Villa de Queluz no arraial de Carijós na Comarca do Rio das Mortes em 19/9/1790, in **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano II, 1897, fasc. I, Ouro Preto.
- b). — “Memória Municipal — Queluz”. (Resposta aos Quesitos dos Ilmos. e Exmos. Senhores Conselheiros da Província conforme ofício datado de 29 de maio de 1829) **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano II, 1897, fasc. I, Ouro Preto.

- c). — “Papeis relativos ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo” (7 cartas), **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XVII, 1912, Belo Horizonte.

B). — **Fontes Secundárias.**

- a). — Casais. José, **Congonhas do Campo**, trad. Aires da Matta Machado Filho, Rio de Janeiro, 1942.
- b). — Falcão, Edgard de Cerqueira, **A Basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo**, vol. III da “Brasiliensis Documenta”.
- c). — Gomes Machado, Lourival, **Reconquista de Congonhas**, Rio de Janeiro, 1960.
- d). — Oliveira, Alypio Odier de, **Traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta no Centro de seu nascimento, 1840-1940** — Arquidiocese de Mariana.
- e). — Pizarro e Araujo, J. S. A., **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**, 8.º vol. tomo II, Rio de Janeiro, 1948.
- f). — Trindade, Raymundo, **Arquidiocese de Mariana, subsídios para sua História**, 3 vols. Belo Horizonte, 1953.
- g). — Vasconcelos, Diogo de, **História do Bispado de Mariana**, Belo Horizonte, 1935.
- h). — Engracio, Júlio, “Relação Chronológica do Sanctuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Gerais”, **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano VIII, fasc. I e II, Belo Horizonte, 1903.
- i). — Falcão, Edgard de Cerqueira, “As Imagens do Senhor Bom Jesus, veneradas em Matosinhos (Portugal) e em Congonhas do Campo (Brasil)”, **Revista de História**, n.º 41, São Paulo, 1960.
- j). — Melo, Barão Homem de, “Excursões Geográficas”, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 51, suplemento, p. 165.

- l). — Reis, José de Souza, “O Adro do Santuário Santuário de Congonhas”, **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 3, Rio de Janeiro, 1939.
- m). — Teixeira Coelho, J. J., “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo 15, p. 255.
- n). — Vasconcelos, Diogo de, “Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais”, **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano VI, fasc. III e IV, Belo Horizonte, 1902.
- o). — “Descrição geográfica, topográfica e política da Capitania de Minas Gerais, 1781”, documento mandado copiar na Real Biblioteca da Ajuda, **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo 71, p. 117.
- p). — “Descobrimto de Minas Gerais”, (autor anônimo), **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo 29, vol. 32, 1866.
- q). — “Memórias Históricas da Província de Minas Gerais”, (autor anônimo), **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XIII, vol. 2.º, Belo Horizonte, 1908.

C). — Viajantes Estrangeiros.

Acreditamos de grande importância para a história social de Congonhas, as referências contidas nas obras de vários viajantes estrangeiros que lá estiveram, no século XIX. Segue-se a relação de alguns deles:

1. — Spix e Martius, **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**, trad. de Lúcia Furquim Lahmeyr, Melhoramentos, São Paulo. Obs. Livro III, capítulo III, pág. 212 e seguintes.
2. — Bunbury, Charles James Fox, “Narrativa de Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, in **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. 62, 1940, Rio de Janeiro.
3. — Eschwege, W. L. von, **Pluto Brasiliensis**, trad. de Domicio de Figueiredo Murta, 2.º vol.; Companhia Editora Nacional, São Paulo, p. 418.

4. — Saint-Hilaire, Augusto de, **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**, trad. de Leonam de Azevedo Pena, Companhia Editôra Nacional, 1941, São Paulo, cap. IX.
5. — Luccock, John, **Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil (1808-1818)**, trad. Milton da Silva Rodrigues, Livraria Martins Editôra S/A, São Paulo, cap. XVI, p. 342.
6. — Burton, Richard F. **Viagens ao Planalto do Brasil (1868)**, trad. de Américo Jacobina Lacombe, Companhia Editôra Nacional, 1941, São Paulo, cap. XVIII, p. 271 (1).

V. — SUGESTÕES.

Tem sido objeto de moções dos Simpósios anteriores a necessidade de estímulo à organização de Arquivos Regionais. Além da inegável importância de tais órgãos, como depositários da documentação histórica brasileira, deve-se salientar a oportunidade que oferecem para incentivar a pesquisa histórica.

Apesar das moções, parece-nos que pouco se tem realizado de objetivo, ou pelo menos não se propagou o que já foi feito. Do estudo por nós realizado e da reflexão sôbre o tema queremos apresentar algumas sugestões:

1). — Os Núcleos Regionais da A.P.U.H. poderiam instituir um Boletim Informativo, pelo menos anual, com notícia do andamento das pesquisas realizadas por seus membros, dos trabalhos em preparação. Poder-se-ia, assim, saber o que fazem e o que pensam os historiadores brasileiros, com a possível troca de informações e com a ajuda dos que têm as mesmas preocupações. Parece-nos que o núcleo do Paraná fez um inquérito para publicação desse gênero.

2). — A Associação dos Professôres Universitários de História poderia criar a sua Revista, dedicada inicialmente, à divulgação do Arrolamento das Fontes Primárias para nossa história. Outra matéria de importância para essa Revista seria o debate do currículo do curso de História e dos programas das várias cadeiras, bem como das questões de métodos de ensino que mais se recomendam, principalmente agora, quando tais estudos são objetos de reflexões, experiências, revisões.

3). — O I Simpósio aprovou a proposta n.º 7, que dizia:

(1). — Os dados incluídos neste trabalho a respeito do município de Congonhas foram extraídos da **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, vol. XXIV, Minas Gerais A. C., I.B.G.E..

“Recomenda-se a criação de um Instituto de Investigações Históricas numa das Universidades Federais. Poderia ser na Universidade do Brasil. O Instituto mediante a colaboração das Universidades interessadas, terá como um dos seus objetivos manter cursos de post-graduação destinadas a pesquisadores de História, de modo a habilitá-los nas especialidades essenciais à formação do historiador. Marília, 18-10-61. Pedro Calmon”. Se a idéia nos parece boa, julgamos que seria ainda melhor a criação de um Instituto de Pesquisa Histórica, nos moldes em que é concebido por José Honório Rodrigues em seu livro **A pesquisa histórica no Brasil**, editado pelo Instituto Nacional do Livro, em 1952. Assim como há vários organismos federais para defesa do livro, do patrimônio artístico, do teatro, do cinema, do folclore e outros ainda, criar-se-ia um Instituto de Pesquisa Histórica, ou um Instituto de História Nacional, com amplos recursos financeiros e administrativos, de modo a proceder os levantamentos do material existente, patrocinar pesquisas, no País e no exterior, com o uso da técnica mais nova da organização dos Arquivos e do trabalho historiográfico. Esse Instituto não só teria as suas funções específicas, como também a função de dar assistência aos arquivos regionais, fornecendo-lhes o pessoal convenientemente formado para os seus serviços. O Instituto poderia também formar esse pessoal, através de cursos regulares, dando ao país os especialistas nas chamadas disciplinas auxiliares da História, tão desconhecidas do Brasil e tão necessárias. O Instituto teria ainda o levantamento do material existente nesses arquivos regionais, através da perfeita catalogação, de modo a ser instrumento para informação e núcleo de trabalho. Com serviços de microfilmagem, de publicações de obras de referência de todo o tipo, contribuiria para dar à historiografia brasileira a riqueza e a consistência que ela requer.

Como o Instituto de Pesquisa Histórica só pode ser iniciativa do governo federal, sugerimos ao Simpósio que se manifeste junto às autoridades competentes — Presidência da República e Congresso — sobre a importância e o alcance desse órgão.

4). — Como trabalho mais viável e imediato, lembramos que se procure interessar um levantamento de fontes primárias ou Centros de Estudos Históricos das Faculdades de Filosofia, que sempre trabalham em harmonia com os professôres de História. Através de um modelo bem elaborado de trabalho e do treinamento dos alunos, poder-se-ia colocar o pessoal discente

a servir à mesma causa. Os alunos trabalhariam em determinados setores, ou fariam o levantamento do que há em suas cidades, quando em férias, por exemplo, de modo a realizar um treinamento e a dar uma colaboração efetiva para o desenvolvimento dos estudos da disciplina na qual se formam.

5). — O modelo para o levantamento de fontes primárias, que vem sendo elaborado pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, se já prestou e presta grandes serviços talvez possa ser ainda aprimorado, com mais minúcias e com algumas recomendações. A construção de um modelo quanto possível perfeito para os trabalhos desse gênero é uma necessidade. Seria conveniente, pois, que este Simpósio tratasse da matéria, dando-lhe depois a conveniente divulgação (*).

*
* *
*

(*) . — A esta comunicação foram apresentadas intervenções que, entretanto, não chegaram às mãos do organizador destes Anais.